

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR

ANALU NICOLAU GALVAO

UTILIDADE NO PROCESSO DECISÓRIO DOS INDICADORES ECONÔMICO-
FINANCEIROS ABORDADOS NA LITERATURA

CURITIBA

2015

ANALU NICOLAU GALVÃO

UTILIDADE NO PROCESSO DECISÓRIO DOS INDICADORES ECONÔMICO-
FINANCEIROS ABORDADOS NA LITERATURA

Trabalho apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização, em Controladoria, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dra. Ilse Maria Beuren

CURITIBA

2015

Dedico este trabalho à minha família.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado condições de prosseguir com o curso de especialização e finalizar mais uma etapa de minha carreira profissional.

À minha família e ao meu marido, pela paciência e companheirismo.

À minha orientadora, Dra. Ilse Maria Beuren, pelas direções e correções que me auxiliaram na conclusão do trabalho.

“O Senhor é o meu refúgio, e o meu lugar forte, o meu libertador, o meu Deus, a minha fortaleza, em quem confio, o meu escudo e força da minha salvação o meu alto refúgio”.

Salmos 18:2.

RESUMO

Este estudo objetiva investigar a utilidade no processo decisório dos indicadores econômico-financeiros abordados na literatura. Para tal, estudo descritivo, com abordagem qualitativa, foi realizado por meio de pesquisa teórica. O estudo inicia com a exposição dos principais indicadores de desempenho organizacional abordados na literatura, que são: liquidez, rentabilidade, endividamento e giro. Evidencia também sua fundamentação teórica. Como resultados da pesquisa tem-se sua utilidade e quais as informações podem ser geradas a partir da análise de indicadores econômico-financeiros. Conclui-se que as análises com base nos indicadores econômico-financeiros abordados na literatura mostram-se úteis enquanto informações de suporte ao processo decisório.

Palavras-chave: Indicadores econômico-financeiros. Análise de desempenho, Processo decisório.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Constructo da pesquisa.....	25
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BP	Balanço Patrimonial
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
ILS	Índice de Liquidez Seca
ILC	Índice de Liquidez Corrente
PMP	Prazo Médio de Pagamento
PMR	Prazo Médio de Recebimento
PME	Prazo Médio de Estocagem
ROA	Retorno sobre o Ativo
ROI	Retorno sobre o Investimento
ROE	Retorno sobre o Patrimônio.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO -----	11
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO -----	11
1.2 PROBLEMA DA PESQUISA -----	11
1.3 OBJETIVOS -----	12
1.3.1 Objetivo geral -----	12
1.3.2 Objetivos específicos -----	12
1.4 JUSTIFICATIVA -----	12
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO -----	13
2 REVISÃO DA LITERATURA -----	14
2.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -----	14
2.1.1 Demonstrações Contábeis -----	14
2.1.2 Demonstrações Contábeis Básicas -----	16
2.1.2.1 Balanço Patrimonial -----	16
2.1.2.2 Demonstrações do Resultado do Exercício -----	16
2.2 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS -----	17
2.2.1 Indicadores de Liquidez -----	17
2.2.1.1 Liquidez Corrente (LC) -----	18
2.2.1.2 Liquidez Seca (ILS) -----	18
2.2.2 Indicadores de Endividamento -----	19
2.2.2.1 Relação entre Capital de Terceiros e Capital Próprio. -----	19
2.2.2.2 Relação entre Capital de Terceiros e Passivo Total -----	19
2.2.3 Indicadores de Giro -----	20
2.2.3.1 Prazo Médio de Recebimento (PMR) -----	20
2.2.3.2 Prazo Médio de Pagamento (PMP) -----	20
2.2.3.3 Prazo Médio de Estocagem (PME) -----	21
2.2.4 Indicadores de Rentabilidade -----	21
2.2.4.1 Retorno sobre o Ativo (ROA) -----	21
2.2.4.2 Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) -----	22
3 METODOLOGIA DA PESQUISA -----	23
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA -----	23
3.2 CONSTRUCTO DA PESQUISA -----	23

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	23
3.4 FORMA DE ANÁLISE DE DADOS.....	24
5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	25
5.1 INFORMAÇÕES QUE PODEM SER EXTRAÍDAS DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS	25
5.1.1 Informações de Indicadores de Liquidez.....	26
5.1.2 Informações de Indicadores de Endividamento	26
5.1.3 Informações de Indicadores de Giro.....	27
5.1.4 Informações de Indicadores de Rentabilidade	27
5.2 GRÁFICOS QUE PODEM SER OBTIDOS COM AS INFORMAÇÕES DA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	28
5.3 RISCOS E VANTAGENS COMPETITIVAS QUE PODEM SER ALCANÇADAS COM A ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	28
6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	30
6.1 CONCLUSÕES.....	30
6.2 RECOMENDAÇÕES.....	30
REFERÊNCIAS	31

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O sistema econômico capitalista é organizado através da oferta e demanda produzida pelo mercado, e seu alicerce está introduzido em propriedades privadas e com fins lucrativos. Este modelo econômico é sustentado pelo consumo da população mundial, que é regulado e direcionado por uma cadeia de produção e distribuição de renda, impactando no crescimento e desenvolvimento econômico dos países que adotam este tipo de sistema.

Estes fatores geradores de consumo e distribuição, quando relacionados aos cenários políticos e econômicos, criam-se fatos relevantes e que devem ser estudados para atingir o objetivo esperado pela empresa.

Os fatos relevantes podem ser chamados de indicadores, os quais são importantes para identificar a situação em que a empresa se encontra e, principalmente, nortear as decisões que devem ser tomadas com a finalidade de atingir o propósito particular de cada entidade.

O objetivo de uma empresa privada é obter lucro e, conseqüentemente, o enriquecimento dos acionistas. Para que este resultado seja otimizado, é imprescindível entender e mensurar as variáveis que podem interferir neste saldo.

1.2 PROBLEMA DA PESQUISA

O mercado atual é abrangente, sendo que cada setor da economia possui cenários diferentes. Diante dessa amplitude do mercado e as particularidades de cada setor econômico, e das empresas em específico, o desafio é compreender o que representa uma característica do setor e/ou da empresa.

Neste sentido, é necessário fazer análises econômico-financeiras com os dados de cada empresa e relacioná-las com as do setor. O problema, neste caso, está na falta de discernimento do gestor em compreender e analisar os dados que os indicadores econômicos conseguem traduzir para cada segmento.

A falta de conhecimento pode resultar em dificuldades para relacionar estas informações com as particularidades de cada empresa. Por conseguinte, tem-se

uma gestão ineficiente e ineficaz. Assim, o gestor não consegue ser proativo e alcançar progressivamente níveis mais altos de excelência operacional e administrativa.

O levantamento de dados e sua transformação em informações de suporte ao processo de gestão não é apenas um complemento, mas sim é uma ação fundamental antes de tomar uma decisão dentro da empresa. Ainda que isso seja imprescindível, a compreensão destas análises deve fazer parte do escopo do fornecimento de informações.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

O objetivo geral do estudo é investigar a utilidade no processo decisório dos indicadores econômico-financeiros abordados na literatura.

1.3.2 Objetivos específicos

Com base no objetivo geral elaboraram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) Pesquisar os indicadores econômico-financeiros apresentados na literatura;
- b) Verificar quais informações podem ser extraídas de cada indicador;
- c) Averiguar quais tipos de gráficos podem ser obtidos com as informações da análise;
- d) Analisar riscos e vantagens competitivas que podem ser alcançadas com a análise de indicadores econômico-financeiros.

1.4 JUSTIFICATIVA

O tema proposto foi escolhido devido a importância que a mensuração e análise dos indicadores econômico-financeiros oferecem à controladoria no suporte ao processo de gestão. O processamento de dados é importante na tomada de decisão e é grande a quantidade de informações que podem ser utilizadas por meio destes indicadores.

Neste trabalho serão evidenciados apenas alguns dos inúmeros indicadores que podem ser utilizados. De acordo com o segmento de cada empresa, destacam-se os seguintes indicadores: liquidez, rentabilidade, endividamento e giro.

Estes indicadores refletem resultados do ciclo operacional e financeiro da organização. As informações que proporcionam são importantes para diagnosticar problemas em determinadas áreas, além de oportunidades de ganhos.

Cada empresa, em consonância com seu segmento econômico, tem características próprias, que devem ser consideradas em todas as análises citadas, com a finalidade de tornar a decisão mais assertiva e coerente.

Tendo em vista a complexa política econômica brasileira e o cenário de instabilidade pelo qual o país passa, entender como funciona, e como as projeções impactam no resultado direto de cada investimento privado, foi definido com tema do trabalho a ser abordado neste estudo.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho constitui-se de cinco capítulos. No primeiro apresenta a introdução do estudo, com destaque à contextualização do tema, o problema da pesquisa, os objetivos, a justificativa do estudo e a organização do trabalho.

No segundo capítulo apresenta-se a revisão bibliográfica. Inicia-se com uma fundamentação referente as demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e demonstrações de resultado) visto que todas as informações e dados que alimentam os indicadores partem destes registros Contábeis.

O terceiro capítulo demonstra os procedimentos metodológicos da pesquisa. Inicia com delineamento da pesquisa. Em seguida apresenta o constructo da pesquisa, além dos procedimentos de coleta e análise dos dados.

No quarto capítulo foram alinhados a descrição e análise dos resultados. Inicialmente demonstra-se as vantagens da utilização dos indicadores citados. Na sequência, evidencia-se a utilização dos indicadores e as informações que podem ser extraídas através das análises.

O quinto capítulo evidencia as conclusões do estudo e recomendações para futuras pesquisas sobre o tema investigado.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Para fundamentar a pesquisa é necessária a compreensão de alguns conceitos abordados durante seu desenvolvimento, descritos no embasamento teórico a seguir.

2.1 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nesta seção apresentam-se considerações iniciais sobre a análise de indicadores econômico-financeiros, com ênfase em comentários sobre as demonstrações contábeis e sobre os tipos de demonstrações contábeis básicas.

2.1.1 Demonstrações Contábeis

Para Marion (2009), o homem tem a natureza ambiciosa e não se preocupa apenas com a contagem do seu rebanho, mas com o crescimento, com a evolução do rebanho e, conseqüentemente, com a evolução de sua riqueza. Assim, ele faz contagens em momentos diferentes e analisa a variação de sua riqueza.

Neste sentido, a contabilidade vem evoluindo a partir dos inventários (relatórios contábeis), apurando a variação da riqueza e, por fim, propondo a forma de registros contábeis e a sua consolidação por meio de demonstrações contábeis (MARION, 2009).

As demonstrações contábeis são utilizadas nas empresas para fins de controle interno. Também é obrigatório para uma empresa que seus registros econômico-financeiros estejam de acordo com os parâmetros legais exigidos, para que os órgãos reguladores tenham um controle referente as atividades da organização.

Segundo Reis (2009, p. 56), "a legislação fiscal estendeu os dispositivos fiscais básicos da Lei n.6.404/76, relativos as demonstrações contábeis para todo tipo de Sociedade que estiver enquadrada no regime de tributação pelo lucro real". O autor segregou as demonstrações contábeis em:

- a) Demonstrações contábeis básicas
Balanço Patrimonial; e

Demonstração do Resultado do Exercício.

b) Demonstrações contábeis complementares

Demonstração dos Lucros/Prejuízos Acumulados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos

Demonstração do Valor Adicionado

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Sobre a obrigatoriedade de sua adoção pelas empresas, Reis (2009, p. 57) apresenta o seguinte detalhamento:

- a) Demonstrativos obrigatórios para todas as sociedades por ações e para as demais empresas sujeitas ao regime de tributação pelo lucro real;
 - Balanço Patrimonial.
 - Demonstração do Resultado do Exercício.
 - Demonstrações dos Lucros ou Prejuízos Acumulados
- b) Demonstrativo obrigatório para as companhias abertas e para as companhias fechadas com patrimônio líquido igual ou superior a R\$ 2 milhões
 - Demonstrações dos Fluxo de Caixa (ver Obs.3)
- c) Demonstrativos obrigatórios somente para companhias abertas:
 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido (Ver obs.1)
 - Demonstração de Valor Adicionado

Obs. 1 - Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido não é obrigatório para a maioria das empresas, mas, se for apresentada dispensará a apresentação de Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Obs. 2 - A Lei n.11.638/07 extinguiu a conta Lucros Acumulados mas manteve a Prejuízos Acumulados, mantendo também a Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados.

Obs. 3 - A Lei n.11.638/07 substituiu a obrigação de elaborar a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos para obrigação de elaborar a Demonstração dos Fluxos de Caixa (ver item "b")

Para Reis (2009), o objetivo básico das demonstrações contábeis é fornecer informações para a correta gestão dos negócios, e para a correta avaliação dos resultados operacionais. Fornecem, portanto, princípios que possibilitam aos administradores o planejamento e o controle do patrimônio das atividades sociais.

As informações extraídas dos demonstrativos contábeis interessam a todos, que por qualquer motivo mantenham relações com a empresa: credores, investidores em potencial e o fisco.

Para Assaf Neto (2010), somente quando há o entendimento das demonstrações contábeis é possível obter informações mais relevantes. No entanto, o autor ressalta que todo processo de análise requer conhecimentos técnicos da

forma de contabilização e apuração das demonstrações contábeis, sem esta capacidade intelectual de extrair e analisar corretamente as informações, a sua eficácia ficará comprometida.

2.1.2 Demonstrações Contábeis Básicas

Neste tópico discorre-se sobre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

2.1.2.1 Balanço Patrimonial (BP)

Para Assaf Neto (2010), o Balanço Patrimonial destaca o *status* patrimonial de uma empresa em determinado período. A informação que esse demonstrativo fornece é totalmente estática e, provavelmente sua estrutura se apresentara diferente algum tempo após seu encerramento. O Balanço Patrimonial é composto por: Ativo Passivo e Patrimônio Líquido.

Para Padoveze (2004, p. 33), "o nome balanço vem dá ideia de equilíbrio entre ativo e passivo. Assim, o Ativo compreende os bens e direitos e o Passivo compreende as obrigações e o Patrimônio Líquido". Segundo Marion (2009, p.44), o Balanço Patrimonial "é a principal demonstração contábil. [...] É como se tirássemos uma foto da empresa e víssemos de uma só vez todos os bens, valores a receber e valores a pagar em determinada data".

2.1.2.2 Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)

Para Marion (2009, p. 119), "no final de cada período, todas as despesas e receitas são transferidas para a Demonstração o Resultado do Exercício, e, no próximo período será apurado as receitas e despesas sem nenhum acumulo começando do zero".

Reis (2009) explica que este demonstrativo mostra em sequência lógica e ordenada todos os fatores que influenciaram de forma positiva ou negativa o resultado, tornando-se assim um instrumento de análise importante, uma fonte de informações para a tomada de decisões valiosa.

Assaf Neto (2010, p. 64), comenta que esta demonstração "visa fornecer, de

maneira esquematizada os resultados (lucro ou prejuízo) auferidos pela empresa em determinado exercício social, o quais são transferidos para contas do patrimônio líquido".

2.2 INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Nesta seção apresentam-se quatro indicadores: Liquidez, Endividamento, Giro e Rentabilidade. As mesmas podem ser extraídas das demonstrações contábeis e auxiliar como comparativo entre períodos e análises internas e externas.

Para Gropelli (2006, p. 372.), "a análise comparativa refere-se ao estudo de índices da empresa comparados com os do setor ou com outras companhias". Os indicadores podem servir para diagnosticar a realidade da empresa e complementar o planejamento estratégico.

Weston e Brigham (2000, p. 50) aduzem que "uma análise de índices econômicos financeiros da empresa é geralmente o primeiro passo de uma análise financeira". Reis (2009) adverte que os resultados obtidos com as análises das demonstrações contábeis devem ser analisados de acordo com as variáveis de cada segmento, isso possibilita a tarefa do analista de comparar os resultados apurados com valores comuns ou definidos como padrão.

2.2.1 Indicadores de Liquidez

Segundo Assaf Neto (2009, p.224), "indicadores de liquidez visam medir a capacidade de pagamento (folga financeira de uma empresa, ou seja, sua habilidade em cumprir corretamente as obrigações passivas assumidas".

Assaf Neto e Silva (1997) explicam que um importante indicador de liquidez empresarial é o volume de capital circulante líquido, que é medido pela diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante. Em princípio, quanto maior for este valor, melhor será a posição de liquidez de curto prazo da empresa, ou seja, maior se apresenta a folga financeira.

Meredith e Graham (2010) advertem, o que constitui um índice de liquidez satisfatório varia de acordo com a linha de negócio. Em geral, quanto mais líquido for o total dos ativos circulantes, menor será a margem necessária acima do total dos passivos circulantes.

2.2.1.1 Liquidez Corrente (LC)

Para Assaf Neto (2010), a relação entre o ativo circulante e o passivo circulante refere-se a relação existente entre o ativo circulante e o passivo circulante, ou seja, para cada \$1,00 real aplicado em haveres e direitos, quanto a empresa deve a curto prazo. Gropelli (2006, p. 357) destaca que:

O índice de liquidez corrente nem sempre mede a verdadeira liquidez da empresa. Obviamente uma empresa com grandes reservas de caixa e de títulos negociáveis é mais líquida que uma que possua grandes estoques e tenha títulos a receber com prazos muitas variáveis.

De acordo com Silva (2010, p. 282), "a interpretação do índice de liquidez corrente é no sentido de que quanto maior, melhor, mantidos constantes os demais fatores". O Índice de Liquidez Corrente (ILC), conforme Assaf Neto (2010), é calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

2.2.1.2 Liquidez Seca (ILS)

Assaf Neto (2010) comenta que os estoques, apesar de circulantes, não apresentam normalmente liquidez em relação ao grupo que estão vinculados. Em vista disso criou-se a maneira de extrair uma análise de curto prazo, por meio do índice de liquidez seca. Este é mensurado através dos ativos circulantes de maior liquidez com o total do passivo circulante

Segundo Gropelli (2006), eliminando a categoria de circulantes menos líquidos, os estoques, e concentrando-se em ativos mais facilmente conversíveis em caixa, o índice de liquidez seca determina se uma empresa pode cumprir suas obrigações se as vendas caírem drasticamente.

Assaf Neto (2010) apresenta a fórmula de cálculo do Índice de Liquidez Seca (ILS), como segue:

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

2.2.2 Indicadores de Endividamento

Para Gropelli (2006, p. 56), "o índice de endividamento indica o percentual dos ativos totais que é financiado por capital de Terceiros. Quanto menor o índice, menor a alavancagem financeira; quanto maior esse índice, maior alavancagem financeira".

Segundo Assaf Neto (2010, p. 137), "o índice pode também ser definido pela relação somente das dívidas de curto prazo ou de longo prazo com o patrimônio líquido, revelando o endividamento em função da maturidade do passivo".

Neves e Viceconti (2011, p.464) citam que "o endividamento significa o montante dos recursos de terceiros que está sendo usado na tentativa de gerar lucros. [...] o grau de endividamento mede, portanto, a proporção dos ativos totais financiadas por terceiros (credores da empresa)".

2.2.2.1 Relação entre Capital de Terceiros e Capital Próprio.

Para Assaf Neto (2014, p. 126), "esta medida revela o nível de endividamento (dependência) da empresa em relação ao seu financiamento por meio de recursos próprios". O autor evidencia a fórmula de cálculo do Índice de Relação entre Capital de Terceiros e Capital Próprio, como segue:

$$\text{Relação Capital de Terceiros/Capital Próprio} = \frac{\text{Exigível Total (Passivo Circulante Exigível a Longo Prazo)}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

2.2.2.2 Relação entre Capital de Terceiros e Passivo Total

De acordo com Assaf Neto (2014, p. 126), "este índice mede a porcentagem dos recursos totais da empresa que se encontra financiada por capital de terceiros". Assaf Neto (2010) apresenta a fórmula de cálculo do Índice de Relação entre Capital de Terceiros e Passivo Total, como segue:

$$\text{Relação Capital de Terceiros/Passivo Total} = \frac{\text{Exigível Total}}{\text{Passivo Total (Exigível Total + Patrimônio Líquido)}}$$

2.2.3 Indicadores de Giro

Santos (2005, p. 23) explica que os indicadores de giro "mensuram a rapidez com que várias contas são convertidas em vendas e caixa. Além disso, estimam a rapidez com que as dívidas com os fornecedores são amortizadas".

Segundo Assaf Neto (2014, p. 124), "os indicadores de atividade visam a mensuração de diversas durações de um ciclo operacional, o qual envolve todas as fases operacionais típicas de uma empresa [...]".

2.2.3.1 Prazo Médio de Recebimento (PMR)

Para Assaf Neto (2010, p.123), "o prazo médio de cobrança revela o tempo médio (meses ou dias) que a empresa despense em receber as suas vendas realizadas a prazo".

Ross, Westerfield e Jordan (2002, p.47) afirmam que "o índice de giro de contas a receber é calculado pelo quociente entre vendas e o valor médio de contas a receber durante o exercício contábil".

Assaf Neto (2014 p.125) apresenta a fórmula de cálculo do Índice de Prazo Médio de Recebimento, como segue:

$$\text{Prazo Médio Cobrança} = \frac{\text{Valores a Receber Provenientes de Vendas a Prazo (Média)}}{\text{Vendas Anuais a Prazo}} \times 360$$

2.2.3.2 Prazo Médio de Pagamento (PMP)

Segundo Assaf Neto (2014 p. 125), este índice "revela o tempo médio (expresso em meses ou dias) que a empresa tarda em pagar suas dívidas (compras a prazo de fornecedores)". O autor apresenta a fórmula de cálculo do Índice de Prazo Médio de Pagamento, como segue:

$$\text{Prazo Médio de Pagamento} = \frac{\text{Contas a Pagar a Fornecedores(Média)}}{\text{Compras Anuais a Prazo}} \times 360$$

2.2.3.3 Prazo Médio de Estocagem (PME)

O Prazo Médio de Estocagem, conforme Assaf Neto (2010), "indica o tempo médio necessário para completa renovação dos estoques da empresa".

Para Ross, Westerfield e Jordan (2002, p. 48), "o índice de giro dos estoques é calculado dividindo-se os custos dos produtos vendidos pelo estoque médio".

Assaf Neto (2014 p.124) apresenta a fórmula de cálculo do Índice de Prazo Médio de Estocagem, como segue:

$$\text{Prazo Médio de Estocagem} = \frac{\text{Estoque Médio}}{\text{Custo dos Produtos Vendido}} \times 360^2$$

2.2.4 Indicadores de Rentabilidade

Para Gropelli (2006), a análise da rentabilidade começa com um exame da maneira pela qual os ativos foram empregados. Os bons dirigentes usam com eficiência seus ativos. Por meio do aumento da produtividade eles são capazes de reduzir ou de controlar as despesas.

Assaf Neto (2010) aduz que os analistas em geral dispensam grandes atenções aos indicadores de rentabilidade, os quais costumam exercer significativas influências sobre as decisões que envolvem a empresa, tomadas tanto no mercado de crédito, como no mercado acionário.

2.2.4.1 Retorno sobre o Ativo (ROA)

Para Assaf Neto (2014, p. 128), "esta medida revela o retorno produzido pelo total das aplicações realizadas por uma empresa em seus ativos".

Ross, Westerfield e Jordan (2002, p. 53) explicam que "o quociente entre o lucro e o ativo total médio, tanto antes quanto depois do imposto de renda".

Segundo Gitman (2004, p. 55), este indicador "mede a Eficácia Geral da administração de uma empresa em termos de geração de lucros com os ativos disponíveis".

Assaf Neto (2010) apresenta a fórmula de cálculo do Índice de Retorno Sobre o Ativo, como segue:

$$\text{Retorno sobre o ativo} = \frac{\text{Lucro Gerado pelos Ativos(Operacional)}}{\text{Ativo Total Médio}}$$

2.2.4.2 Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)

Assaf Neto (2010, p. 129) cita que este índice "é obtido normalmente pela razão entre o lucro líquido (após o imposto de renda) e o patrimônio líquido".

Para Ross, Westerfield e Jordan (2002, p.53), o índice ROE "é definido pelo quociente entre o lucro líquido (ou seja depois dos juros e impostos) e o patrimônio médio dos acionistas ordinários".

Gitman (2004) destaca que, quanto mais alto o ROE, melhor para os acionistas

Assaf Neto (2010) apresenta a fórmula de cálculo do Índice de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE), como segue:

$$\text{Retorno Sobre o Patrimônio Líquido(ROE)} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$$

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo apresenta-se a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa proposta, com exposição dos procedimentos adotados para a sua operacionalização.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

O procedimento adotado para o presente trabalho está caracterizado como pesquisa bibliográfica. A pesquisa foi delimitada entre os principais indicadores econômico-financeiros abordados na literatura.

Após a especificação de cada um dos pontos principais abordados na revisão da literatura, discorreu-se sobre sua utilidade e as informações que podem ser extraídas de cada um dos índices.

3.2 CONSTRUCTO DA PESQUISA

O constructo da pesquisa é apresentado no Quadro 1, com o detalhamento das categorias de análise.

Indicadores econômico-financeiros	Tipos de indicadores econômico-financeiros de cada categoria
Índices de Liquidez	Liquidez Corrente
	Liquidez Seca
Índices de Endividamento	Relações entre Capital Próprio e Capital de Terceiros
	Relações entre Capital de Terceiros e Passivo Total
Índices de Giro	Prazo Médio de Recebimento
	Prazo Médio de Pagamento
	Prazo Médio de Estocagem
Índices de Rentabilidade	Retorno sobre o Ativo
	Retorno sobre o Patrimônio Líquido

Quadro 1 - Constructo da pesquisa

Fonte: Elaboração própria.

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

A coleta dos dados foi estabelecida através da fundamentação e análise de livros e artigos de contabilidade e finanças que abordam sobre indicadores

econômico-financeiros.

3.4 FORMA DE ANÁLISE DE DADOS

A análise foi limitada a abordagem teórica, e tem como objetivo justificar a utilidade dos indicadores econômico-financeiros na tomada de decisão, partindo das análises básicas extraídas das Demonstrações Contábeis.

5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo apresenta-se a descrição e análise dos resultados da pesquisa teórica realizada.

5.1 INFORMAÇÕES QUE PODEM SER EXTRAÍDAS DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Os indicadores estudados têm como finalidade gerar informações que auxiliem o gestor, empresários, acionistas, investidores e todos os envolvidos ou interessados nos resultados da organização. As análises e as informações são geradas a partir das demonstrações contábeis da empresa. Dessa maneira, quanto mais assertivos forem os registros contábeis, mais confiáveis serão os indicadores.

Como ferramenta de análise, os indicadores expõem com maior evidência características próprias de cada organização e podem ser utilizadas para direcionar e fundamentar ações estratégicas conforme o objetivo de cada empresa. Além disso, os mesmos podem ser comparados entre períodos da empresa ou ao mercado.

É possível analisar a saúde econômico-financeira da empresa mediante a verificação de seus indicadores. A mesma visa estabelecer critérios para que seu resultado seja visualizado de diferentes maneiras. Além disso, permite a visualização da situação financeira da empresa. Neste sentido, por exemplo, o índice de liquidez, pode transmitir a imagem de uma empresa com uma considerável margem para liquidar suas dívidas.

Porém, do ponto de vista financeiro é preciso verificar se a relação entre o que a empresa possui para liquidar suas dívidas está disponível a curto ou longo prazo, além da dependência de mercado. O estoque facilmente pode se tornar um custo elevado mediante uma situação de queda nas vendas.

Para Silva (2010, p. 294), "há diferentes formas de analisarmos o significado de um indicador, como, a intuição do analista, o seu conhecimento técnico, a comparação com um referencial padrão, o uso de métodos quantitativos, entre outros". O conjunto dessas formas pode compor um modo de análise mais completo da situação econômico-financeira de uma empresa.

5.1.1 Informações de Indicadores de Liquidez

Quando aborda-se o indicador de liquidez, o nome propriamente já elucida seu objetivo, que é mensurar o quanto líquido é seu ativo mediante as suas dívidas e obrigações. É de extrema importância a análise deste indicador, pois o mesmo tem a capacidade de traduzir diversas situações que podem interferir no cumprimento das obrigações e no desempenho da empresa.

Na Liquidez Seca, se o Passivo Circulante for maior que o Ativo de curto prazo, é identificado que não é possível cumprir com as obrigações de curto prazo com os ativos de maior liquidez. Presume-se que a empresa é dependente dos ativos menos líquidos, como os estoques. Dessa maneira, quanto mais depender do estoque para cumprir as obrigações, isso torna a organização mais vulnerável ao ambiente externo que está diretamente ligado ao canal de vendas.

Por outro lado, quanto maior for a relação do Ativo Circulante em relação ao Passivo Circulante, presume-se que há ociosidade de dinheiro em caixa, pois ajustadas as dívidas da empresa, de acordo com as provisões, o capital estará parado sem nenhuma movimentação e deixando de ser investido e gerando retorno financeiro à empresa.

Na Liquidez Corrente, se o saldo do Ativo Circulante for inferior ao do Passivo Circulante, indica que a empresa não tem condições naquele momento de cumprir com suas obrigações de curto prazo. Devido a esta situação, presume-se incapacidade de investimentos, e uma maior chance de adquirir novas dívidas mediante a busca por capital de giro. Porém, quando o Ativo Circulante for maior que o Passivo Circulante, a empresa tem condições de cumprir com suas obrigações de curto prazo sem a necessidade de buscar capital de terceiros para financiar seu capital de giro.

5.1.2 Informações de Indicadores de Endividamento

Quando se analisa o endividamento da empresa, pode-se extrair o quanto a empresa tem inserido de capital de terceiros em suas operações. Para Ross, Westerfield e Jordan (2002), quanto mais dívidas (como porcentagem do ativo), maior o grau de endividamento. A dívida funciona como uma alavanca, pode aumentar tanto ganhos como perdas.

O volume e a relevância destas informações dependem do segmento, e o período em que a empresa se encontra, pois as captações de recursos de terceiros são muitas vezes fundamentais para que a empresa tenha crescimento e desenvolvimento.

Weston e Brogham (2000) afirmam que a extensão pela qual a empresa utiliza o capital de terceiros, ou alavancagem financeira, tem três implicações importantes: a) aumentar os recursos por meio de dívida, o que aumenta o poder dos acionistas; b) a margem de segurança esperada pelos credores, visto que, quanto menores as participações dos acionistas, maior o risco assumido pelos credores; e c) a relação entre o retorno do investimento financiado por terceiros sobre os juros pagos pelos financiamentos.

5.1.3 Informações de Indicadores de Giro

Os Indicadores de Giro oferecem ao gestor um diagnóstico operacional da empresa. É um indicador importante, pois sua informação está ligada diretamente a canais de entradas e saídas financeiras, como estoques, recebimentos e pagamentos.

As informações obtidas estão relacionadas aos prazos estabelecidos para que os processos ocorram. É importante que os três fluxos estejam em sinergia para que as organizações obtenham os resultados almejados.

5.1.4 Informações de Indicadores de Rentabilidade

Os indicadores de rentabilidade são importantes, pois suas informações determinam se todas as decisões e processos implantados estão sendo eficazes. Este indicador traduz numericamente o lucro que as empresas obtêm referente ao seu capital, e o de terceiros. Segundo Assaf Neto (2014, p. 128), "as principais bases de comparação adotadas para o estudo dos resultados empresariais são o ativo total, o patrimônio líquido e as receitas de vendas".

Em relação a margem de lucro sobre a receita de vendas, Ross, Westerfield e Jordan (2002) explicam que as margens podem ser pequenas, mas terão que ser necessariamente positivas, e quanto maior a margem, considera-se que menores são as despesas com vendas.

O retorno sobre o ativo total condiz com os lucros líquidos antes das despesas financeiras. Para fins de decisão, o mesmo pode ser considerado o custo financeiro máximo que a empresa poderia incorrer em suas captações de recursos (ASSAF NETO, 2010).

Os acionistas assumem um risco maior por serem proprietários e devem ser remunerados por uma taxa mais atrativa para que não ocorram desestímulos em investimento de capital. Porém considerando tais riscos, é importante que a busca por capital de terceiros seja aderida apenas quando seu custo é inferior ao retorno de seus ativos segundo (ASSAF NETO, 2010).

5.2 GRÁFICOS QUE PODEM SER OBTIDOS COM AS INFORMAÇÕES DA ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

Existem diversas análises que podem ser realizadas com as informações obtidas dos indicadores. Uma ferramenta útil para a verificação dos resultados são os gráficos. Estes podem ser obtidos principalmente entre as comparações das informações e traduzem graficamente os números que auxiliam na compreensão da situação econômico-financeira da empresa.

Os gráficos mais comuns são os de colunas linhas. Por exemplo, a partir das informações que seguem é possível montar modelos de comparação: a) Prazo Médio de Pagamento X Prazo médio de Recebimento; b) Retorno Sobre o Ativo X Retorno Sobre Patrimônio; c) Índice de Liquidez seca X Índice de Liquidez Corrente.

5.3 RISCOS E VANTAGENS COMPETITIVAS QUE PODEM SER ALCANÇADAS COM A ANÁLISE DE INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

O uso de indicadores como meios de gestão, visa avaliar os resultados alcançados na tomada de decisão, em relação a sua liquidez, estrutura patrimonial e de rentabilidade. A sua análise deve ser combinada com outros indicadores, para que sua conclusão seja satisfatória (ASSAF NETO, 2010).

A vantagem identificada na utilização dos indicadores é estabelecida a partir da sua análise e da utilização de seus resultados para equilibrar os pontos que não alcançaram os objetivos desejados pela organização. Isso, na prática, requer adotar ações que visam minimizar os problemas identificados.

O indicador de liquidez proporciona ao gestor as informações básicas para direcionar as entradas e saídas de caixa, conforme a situação financeira da empresa. Além disso, indica se é viável a continuidade das formas de investimentos adotadas pela organização.

O indicador de endividamento pode direcionar a tomada de decisão no âmbito de buscar ou não capitais de terceiros, analisando seu custo-benefício e em que proporção pode comprometer as receitas da empresa.

Os indicadores de giro destinam-se a delinear os processos operacionais de recebimento das vendas, giro dos estoques e prazo de pagamento. As informações extraídas são mais relevantes quando analisadas de forma conjunta, pois as medidas adotadas para uma situação afetarão diretamente a outra, e quando não estão inclusas nos mesmos objetivos podem gerar prejuízos a empresa.

O indicador de rentabilidade oferece ao gestor informações que o auxiliam a tomar decisões, identificando pontos que geram um lucro maior para a empresa, definindo estratégias para que o mesmo se torne mais rentável e, conseqüentemente, mais atrativo aos investidores e ao mercado.

Para Gitman (2004), os índices financeiros permitem aos administradores verificar a situação econômico-financeira da empresa, as direções tomadas e os caminhos a percorrer. Apesar de seu fundamento contábil, os indicadores demonstram eficiência em aspectos importantes, como retorno e risco, que afetam diretamente as variáveis financeiras, que a administração procura maximizar.

6 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo apresentam-se as conclusões do estudo realizado e recomendações para futuras pesquisa sobre o tema investigado.

6.1 CONCLUSÕES

O estudo objetivou investigar a utilidade no processo decisório dos indicadores econômico-financeiros abordados na literatura. É possível concluir que o estudo dos mesmos é um importante instrumento de análise, pois proporciona ao gestor uma gama de informações relevantes, capazes de diagnosticar e identificar oportunidades e ameaças ao quadro econômico-financeiro da organização.

Na literatura, nota-se que os indicadores fazem parte da administração moderna e naturalmente se tornou um processo rotineiro. Aliado ao conhecimento técnico do analista, é necessário utilizar outros meios que contribuam para uma melhor análise, como informações sobre os concorrentes, o mercado, as vendas, entre outras variáveis externas.

Com os indicadores econômico-financeiros elaborados nesta perspectiva, os gestores podem tomar decisões mais assertivas e minimizar os riscos, maximizar as vantagens competitivas e, como consequência, aumentar o retorno aos proprietários.

6.2 RECOMENDAÇÕES

É recomendado aos que adotarem o tema estudado como objeto de pesquisa, que busquem a associação da teoria com a prática. Em situações de estudo de caso, será necessário um período maior para avaliação dos resultados, porém sua implementação como fundamentação para tomada de decisão pode gerar resultados positivos.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ASSAF NETO, Alexandre; SILVA, César Tibúrcio. **Administração do capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1997.

BRASIL. **Lei n. 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n. 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Publicado no DOU de 28/12/2007 - Edição extra.

BRASIL. **Lei n. 6.404**, Lei das Sociedades por Ações, de 15 de dezembro de 1976. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1988.

GITMAN, Lawrence Jeffrey. **Princípios da administração financeira**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

GROPELLI, A. A. **Administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEREDITH, Spencer B.; GRAHAM, Benjamim. **A interpretação das demonstrações financeiras**. São Paulo: Saraiva, 2010.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

PADOVEZE, Clovis Luís. **Manual da contabilidade básica: uma introdução a prática contábil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. **Demonstrações contábeis: estrutura e análise**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ROSS, Stephen A.; WESTERFIELD, Randolph W.; JORDAN, Bradford D. **Princípios da administração financeira**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SANTOS, José Odalio dos. **Avaliação de empresas: cálculo e interpretação do valor das empresas: guia prático**. São Paulo: Saraiva, 2005.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

WESTON, J. Fred; BROGHAM, Eugene. **Fundamentos da administração financeira**. São Paulo: Makros Books, 2000.